

Representação e Preservação da Identidade Cultural da Diáspora Palestina no Brasil

Ahmad Alzoubi¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a formação da diáspora palestina no Brasil, enquanto movimento de ligação, por meio de entidades como a Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL) e iniciativas posteriores das comunidades formadas pela imigração palestina no país com a Palestina hoje, seja pela preservação dos hábitos familiares e comunitários, seja na defesa da resistência palestina contra a ocupação de suas terras pelo Estado Israel. A presença de origem palestina na vida brasileira foi capaz de introduzir a solidariedade com o povo palestino em movimentos mais amplos e subsidiar ações do mundo político e institucional, desde o poder central até algumas unidades da federação, como São Paulo e Rio Grande do Sul, a despeito das diferenças de visão sobre a solução para a causa palestina, após os Acordos de Oslo. Como metodologia, nos apropriamos da revisão de literatura relacionada à presença na mídia de atividades dessas organizações no Brasil e nas entrevistas com palestinos e descendentes de imigrantes que chegaram ao Brasil a partir dos eventos da Nakba de 1948.

Palavras-chave: Brasil. Palestina. Comunidade Palestina no Brasil. Mídia. Identidade Cultural. Diáspora, Comunicação.

Abstract

This project intends to reflect on the formation of the Palestinian Diaspora in Brazil, as a liaison movement, through certain bodies like the Arab-Palestinian Federation of Brazil (FEPAL) and posterior initiatives from communities shaped by the Palestinian immigration, whether by preserving family and communal customs or advocating for the Palestinian resistance against the Israeli occupation. The Palestinian presence in the Brazilian life was able to introduce solidarity among broader movements and subsidize political and institutional actions, from the centre of the national power to the federative units, like states and municipalities, despite dissents about the proper solution to the Palestinian cause — especially after the Oslo Accords. In terms of methodology, this study intended to review the literature related to these organizations' media presence in Brazil and interviews with Palestinian citizens and descendants of immigrants who have come to Brazil since the 1948 Nakba or “catastrophe”.

Key-words: Brazil. Palestine. Palestinian Community in Brazil. Media. Cultural Identity. Diaspora. Communication.

Introdução

A presença palestina no continente latino-americano, em geral, é grande e forte, incluindo instituições originárias dessa imigração, como é o caso do Clube Palestino no Chile, cuja fundação remonta há mais de 100 anos para preservar a identidade cultural árabe e a palestina, em particular (ABDEL HAI, 2021).

¹ Doutorando na Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: ahmad.alzoubi@monitordooriente.com.

Especificamente no Brasil, a imigração palestina foi intensa após os eventos da Nakba. A maioria das famílias palestinas migrou internamente ou para os arredores regionais da Palestina, como Jordânia, Síria e Líbano. Mas uma parcela migrou para fora do mundo árabe e parte dela chegou à América Latina e ao Brasil em particular, como mostramos nesta pesquisa.

Apesar da diferença muito grande com a cultura e os costumes brasileiros e a nova língua para os novos imigrantes palestinos, eles tentaram preservar sua identidade. Marca mais presente na primeira geração de jovens, mas ainda presente até hoje, muitos procuram na Palestina ou diáspora a futura cônjuge, de forma a preservar como denominador comum à língua, costumes e religião, e a própria origem.

Na preservação de costumes, imigrantes estabeleceram instituições preocupadas com os assuntos da comunidade e cuidados com ela, construindo instituições e espaços para casamentos, lutos e reuniões anuais, feriados religiosos ou convivência social com parentes e famílias amigas.

O trabalho institucional palestino evoluiu muito, tornando-se mais profissional e dialogando com o mundo político para jogar luz sobre a causa palestina em luta contra a ocupação israelense e pressionar o decisor político brasileiro a se posicionar sobre os crimes do ocupante sionista.

Na comunidade, manifestações de rua sempre ocorreram, com maior ou menor visibilidade, em apoio aos enfrentamentos do povo palestino, seja na primeira ou segunda intifada ou nos repetidos ataques à Faixa de Gaza, seja na guerra lançada por Israel em 2008, 2014, 2018 e 2021.

No primeiro tópico, trato da formação da diáspora e a trajetória dos imigrantes palestinos no Brasil. No segundo, apresento um pouco da influência da imigração palestina e suas instituições nos posicionamentos diplomáticos brasileiros em relação à Palestina. No terceiro, trago entrevistas com lideranças da atuação palestina no Brasil, buscando elementos determinantes de sua visão sobre a preservação da identidade e a relação com a causa palestina hoje.

1.1 A diáspora palestina no Brasil: contexto histórico

A comunidade palestina no Brasil tem ampla presença em diversos campos políticos, comerciais, midiáticos e sociais, embora não fosse relevante no país até os eventos de 1948 que ficaram conhecidos como Nakba, com o deslocamento de centenas de milhares palestinos de suas casas e aldeias para a criação do Estado de Israel, após a decisão da Declaração Balfour de

1917, apoiando a criação de um lar nacional para os judeus na Palestina. A imigração palestina no Brasil foi dividida em três etapas.

Primeira fase 1890-1918 - Na esteira do colapso dos estados otomanos, algumas aldeias de maioria cristã migraram das aldeias de Beit Jala e Beit Sahour para o nordeste do Brasil.

Segunda etapa 1948-1967 - Com a Nakba, milhares de pessoas foram expulsas de suas casas e aldeias e muitos jovens migraram para o Brasil na esperança de mudar a realidade de suas famílias refugiadas e empobrecidas.

Terceira fase, pós-1967 - Em decorrência da guerra de 1967, e do avanço de Israel sobre mais terras palestinas, muitos expatriados palestinos no Brasil acolheram novos imigrantes – familiares, irmãos e vizinhos – que buscavam uma comunidade árabe mais próxima do que eles deixavam na Palestina.

O exílio forçado sempre estabeleceu um tipo de laço que remete à perda comum da possibilidade de permanência em sua terra original, mas também ao direito comum à justiça, que se reflete na reivindicação e preservação da identidade e ao direito de retorno.

Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos árduos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado (FARAH, 2012, p. 29).

A maioria dos imigrantes palestinos no Brasil provinha da cidade de Ramallah e suas aldeias Galjilia, Al Mazraa Al Sharqiah, Silwad, Beit Ur al Tahta, Beit Ur al Fawqa, Deir Jarir, Safa, Kafr Malik, Kafr Nima e Cooper, instalando-se e tendo forte presença até hoje no sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, na Cidade de Foz do Iguaçu.

A experiência de Salvador Khuriyeh é um exemplo do quanto os países da América Latina eram considerados destinos importantes na Palestina.

É importante contar uma historinha antes para poder talvez enriquecer essa informação: o meu pai contava pra gente que quando ele veio com aqueles cerca de 20 amigos de lá pra cá, eles vieram com um objetivo, o objetivo deles não era o Brasil, era a Argentina. Na época eles ouviam, no Oriente Médio, eles ouviam na Palestina que a Argentina era um local que se apresentava com perspectiva de prosperidade e aí eles saíram com o objetivo de irem à Argentina. No porto de Constantinopla, compraram um dicionáriozinho de idiomas para poder traduzir do árabe para o espanhol, para eles poderem vir no navio conversando em espanhol, para poder treinar minimamente o espanhol. E aí a primeira parada deles no Brasil foi no Rio de Janeiro e a segunda parada foi em Santos. Segundo eles, talvez por entendimento errado da linguagem, do idioma por qualquer que seja a razão, eles foram deixados no porto de Santos, achando que estavam chegando no porto da Argentina,

que tinham chegado na Argentina e foi quando eles perceberam que eles não estavam na Argentina. Na verdade, eles saíram de lá jovens para tentar uma vida em um outro mundo, com a perspectiva de ir a um outro mundo, se prepararam emocionalmente e treinaram o idioma minimamente e tal e quando eles se viram, eles estavam em um outro mundo que eles sequer sabiam que representava naquele momento (OLIVEIRA, 2017).

Nakba é uma palavra árabe que significa “catástrofe”, e que passou a ser usada para referir-se ao êxodo palestino de 1948, em que cerca de 800 mil palestinos foram expulsos ou forçados a fugir de suas casas e aldeias sob o ataque de milícias sionistas. Esse fato teve profundo impacto da migração da Palestina para o Brasil, com o trauma do deslocamento, perda, pobreza resultantes da expulsão dos palestinos de suas casas.

A maioria dos imigrantes palestinos nesse período era de jovens sem suas famílias, sem domínio da língua, os costumes ou cultura do país. Até instalar-se aqui, muitos migraram duas ou mais vezes por diferentes países durante esse exílio.

Mas o que eu aprendi é que o exílio de dentro é tão brutal quanto o exílio exterior. Suponho que seria útil pensar novamente nessa antinomia. Para não ser vítima do cinismo, você ama para sempre, mesmo quando você sabe que o ‘para sempre’ é um conceito inalcançável. Você tem que amar com todos os pedaços quebrados de seu coração, coexistir com as contradições, não sucumbir a elas. Você vive para a permanência, mesmo quando você sabe que nada é permanente. A psicologia tradicional diz que seis meses é o limite de tempo para o luto sobre o trauma, mais do que isso é excessivo e requer medicação. Eu me pergunto o que mais de seis décadas exigiria? (JOHNSON; SHEHADEH, 2013, p. 143)

1.2 Trabalho diplomático palestino no Brasil

A defesa da causa palestina contra a ocupação israelense produziu movimentos políticos e sociais no Brasil, após a Nakba, com repercussões na diplomacia brasileira.

Em 1975, o Brasil passou a reconhecer a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como a legítima representante do povo palestino. Em 1988, o Brasil apoiou a decisão do Conselho Nacional Palestino de declarar independência, em sessão realizada na Argélia.

A organização FEPAL foi criada em 1979 pelas mãos de um grupo de árabes (palestinos, sírios e libaneses), a partir de comunidades do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e outras poucas cidades brasileiras) buscando desenvolver uma atividade qualitativa através de manifestações de rua, relação com a imprensa e defesa dos direitos palestinos, além do trabalho cultural e valorização dos costumes e tradições.

O trabalho palestino progrediu no início dos anos oitenta, e alguns jovens, descendentes das famílias imigrantes de 1948, após a Nakba, estabeleceram a Fundação (Sanaúd - Juventude

Palestina), em 1984, com o propósito de mobilizar-se em favor da luta do povo palestino, e de seus ecos no Oriente Médio e na conjuntura brasileira.

Os palestinos, os sírios e os libaneses costumavam se reunir na casa de alguma família da grande comunidade no Brasil (por exemplo, a casa de Hassan El Emleh e Said Shuqair e Saleh Baja) e participar do trabalho político para servir à causa palestina

Essa atuação apenas voluntária perdurou até que a OLP, liderada pelo falecido Yasser Arafat, decidiu em 1993, abrir um escritório no Brasil, depois que o país deu fortes passos no reconhecimento do direito palestino.

Em 1998, o Brasil passou a lidar com a missão palestina oficial e diplomaticamente, e isso representou um avanço nas relações palestinas-brasileiras.

A ascensão do líder operário e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, à Presidência da República no Brasil, contribuiu para estreitar as relações. Entre 2004 e 2010, os presidentes brasileiro e palestino trocaram visitas oficiais. O presidente Mahmoud Abbas visitou o Brasil em 2005, e o presidente brasileiro visitou a Palestina em 2010. No final de 2010, o Brasil reconheceu o Estado Palestino nas fronteiras de 1967 e doou terreno na capital do país, Brasília, para a construção da embaixada palestina. O Brasil também participou de conferências internacionais visando a resolução do conflito no Oriente Médio, como as reuniões realizadas em Anápolis e Paris em 2007, e Sharm el-Sheikh em 2009.

Os palestinos são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos (HALL, 2003, p. 89).

Não há números reais sobre a comunidade palestina no Brasil, mas é estimada em cerca de 60.000 pessoas, segundo as estatísticas do Abdel Hai (2003). Um motivo é que parte dos imigrantes traziam passaportes jordanianos ou documentos de viagem libaneses e egípcios que esses países concedem aos refugiados palestinos, poucos dos quais os preservaram, substituindo-os por documentos brasileiros.

A Organização para a Libertação da Palestina teve o primeiro e mais proeminente papel internacional na criminalização da ocupação israelense e no reconhecimento pleno do direito palestino. Instituições que atendem à comunidade na diáspora, prestam serviços sociais e os mobilizam constantemente para a defesa da causa Palestina.

A primeira geração de imigrantes estava totalmente vinculada ao apoio à OLP, trabalhando com ela na diáspora, mas após o Acordo de Oslo, a OLP mudou sua estratégia de

resistência ao ocupante e passou a negociar nos termos do acordo, levando a diáspora palestina a se dividir em relação à sua efetiva liderança.

O Acordo de Oslo, oficialmente conhecido como Declaração dos Princípios sobre Acordos Transitórios de Autogoverno é um acordo de paz assinado por Israel e a Organização para a Libertação da Palestina na cidade americana de Washington em 13 de setembro de 1993, na presença do ex-presidente norte-americano Bill Clinton e do presidente palestino Yasser Arafat, sobre o direito do Estado de Israel de viver em paz e segurança. O acordo não produziu sequer os resultados acordados e seus efeitos negativos ainda se estendem até os dias atuais.

O processo de Oslo “reduziu a questão palestina, uma das causas mais justas do século, a infundáveis engodos, mudanças de opinião e transações [...] Os palestinos foram traídos da forma mais radical por um processo que prometera libertá-los (BISHARA, 2003, p. 171).

A partir do acordo, começou uma nova fase. O escritor e historiador palestino Abdul-Sattar Qassem considera que Oslo eliminou a causa palestina. Ele foi um dos críticos mais ferozes da reaproximação israelense com a Autoridade Palestina. Ele acredita que o primeiro problema é o direito à autodeterminação palestina, não o Estado palestino, e também o direito de retorno dos refugiados [...]. “Quanto ao Estado, as pessoas o fazem”. E acrescenta: “A grande mentira é tentar agradar o mundo e tentar provar que os palestinos são mais brandos e flexíveis do que os israelenses, embora seja este mundo que deslocou seu povo” (QASSEM, 2013).

1.3 A sociedade palestina no Brasil e o trabalho pela causa palestina

Neste tópico, nos baseamos em entrevistas com lideranças da atuação palestina no Brasil, buscando elementos determinantes de sua visão sobre a preservação da identidade e a relação com a causa palestina hoje. Com este objetivo, vale contextualizar que após a formalização da FEPAL, a organização se fez presente no cenário brasileiro, representando a comunidade palestina, especialmente porque tirou sua força do líder espiritual da causa palestina, Yasser Arafat, antes do Acordo de Oslo.

A FEPAL é a mais antiga a trabalhar pela causa palestina, mas não a única. Entre pessoas que trabalharam igualmente, estão conhecedoras da causa que a defendem ou defenderam em vida, em nível de organização ou instituições governamentais, como o libanês Mohamad El Kadri (da cidade libanesa de Gaza), o falecido egípcio Mohamed Habib, ex-presidente do Instituto de Cultura Árabe (ICArabe) e ex-pró-reitor da Universidade Campinas.

Com a defesa da voz palestina promovida por essas lideranças e instituições, ela tornou-se presente no mapa midiático, associada também ao movimento estudantil progressista, de uma geração que estava em sua infância no início dos anos oitenta do século passado.

O Brasil se recuperava dos efeitos do regime militar e caminhava aos poucos para a democracia, o que também contribuiu para mais liberdades, direitos e manifestações de apoio à Palestina contra a narrativa sionista, associada à imagem negativa da política opressiva e violenta imposta pela força e pelas armas (MOURAD, 2011).

Muito além da questão da representação da diáspora palestina no Brasil, a criação da FEPAL no Brasil e a criação da Associação Cultural Sanaud, durante a década de 1980, permitiu que a cidade de São Paulo fosse palco do primeiro Congresso das Entidades palestinas da América do Sul, Central e Caribe, em julho de 1984, evento este que reuniu 300 congressistas, representantes dos cerca de 500 mil palestinos do continente latino-americano (MOURAD, 2011).

Foi nessa oportunidade que algumas personalidades brasileiras se posicionaram publicamente em apoio à causa palestina, entre eles, o mais notável e de maior repercussão foi o posicionamento do então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva:

Gostaríamos, nesta noite, de dizer aos senhores congressistas, que o Partido dos Trabalhadores não está apenas solidário com o povo palestino, porque é muito pouco. Na verdade, estamos irmanados à luta do povo palestino, liderada pela OLP, porque entendemos que a capacidade de resistência que esse povo tem demonstrado, a capacidade de luta que esse povo tem dado ao mundo inteiro, é a razão maior pela qual qualquer cidadão que ama a liberdade se coloque solidário nessa luta. Quando assistimos aqui no Brasil, através da televisão, as matanças de que os palestinos foram vítimas no Líbano, quando vimos crianças serem metralhadas, sem saber por que, nos lembramos que existe aqui no Brasil, algumas crianças que morrem por falta de um pedaço de pão. Quando lemos alguma coisa sobre o sofrimento e ao mesmo tempo sobre a resistência do povo palestino, ficamos mais convictos, mas esperançosos e começamos a entender por que os soldados de Israel, por que o governo de Israel tem tanto ódio do palestino. Começamos a compreender que existe uma justificativa, (para) que os palestinos não respeitem o direito de Israel (ASFORA, 2010, p.125).

Dentro de uma visão de fortalecimento da cena palestina no Brasil, a FEPAL trabalhou no plano federal junto ao Congresso Nacional em Brasília, pela emissão de declarações de apoio à posição palestina, e isso teve resultados positivos para a Organização para a Libertação da Palestina. Em 2013, a ex-presidenta Dilma Rousseff se recusou a aceitar o embaixador israelense proposto pelo ex-presidente israelense Benjamin Netanyahu, o diplomata apoiador do avanço dos assentamentos israelenses, Danny Danon. Ele foi anunciado como embaixador

de Israel em Brasília após o fim do período do ex-embaixador Reda Mansour, que foi substituído em meio a tensões, sem consultas ao Palácio do Planalto. Com a reação do governo brasileiro, Israel foi obrigado a reduzir a representação diplomática, e a embaixada ficou sem embaixador até a saída de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto.

A FEPAL trabalhou para a formação de uma comissão parlamentar federal que incluiu dezenas de parlamentares, apoiando atividades periódicas sobre a Palestina, apoiando a celebração do Dia da Solidariedade ao Povo Palestino em 29 de novembro, e também contribuiu com outras organizações para colocar a Palestina na agenda anticolonialista do Fórum Social Mundial que foi realizado pela primeira vez em Porto Alegre em 2001.

Outra organização informal, a Frente em Defesa do Povo Palestino, na articulação de ações de rua em defesa da Palestina, na realização do I Fórum Social Mundial Palestina Livre, em 2012, e na organização da Missão Humanitária à Gaza, em 2015, dentro do processo do Fórum Social Mundial.

No ano do Fórum Social Palestina Livre, o envolvimento de outros movimentos sociais brasileiros na difusão da causa palestina ficou mais evidente, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que dedicou à Palestina a última edição da revista infantil da organização, a Revista “Sem Terrinha” de 2012, contando a história de um menino e uma menina palestinos, Layla e Samir, e sua rotina no país árabe (CTB, 2012).

A Sanaud Juventude Palestina, que teve seu primeiro encontro em 1984, em Foz de Iguaçu, foi integrada pela FEPAL em 2019 e voltou a se reunir naquele ano, ou seja, 34 anos depois, junto com ex-quadros que agora faziam parte da federação.

Algumas campanhas e ações importantes da comunidade palestina no Brasil, em apoio à causa palestina foram: *O protesto no Brasil em solidariedade ao povo palestino durante a invasão israelense do Líbano em 1982*. Esta foi uma das primeiras manifestações ocorridas em 1982 em favor do povo palestino contra a agressão israelense ao Líbano e o consequente massacre de Sabra e Shatila. Esta manifestação contou com a presença principalmente de palestinos, sírios, libaneses e outros árabes e lideranças da esquerda brasileira em defesa dos direitos do povo palestino, de movimentos sociais como o Movimento dos sem-terra (MST), entidades estudantis e outras organizações progressistas (CTB, 2012).

Outra campanha foi a promovida para libertar Lamia Maruf Hassan, presa em Israel e solta após 11 anos. Houve grande manifestação de apoio e repercussão jornalística quando ela chegou ao Brasil em fevereiro de 1997. A irmã e companheira de Lamia foi a fundadora da Associação Sanaud Juventude Palestina. A pressão sobre o governo brasileiro, e especificamente o Itamaraty, para libertar brasileiros de origem palestina como Lamia, presa

pela ocupação israelense, e Islam Hamed, preso na juventude por Israel, e então, mantido em prisão da Autoridade Palestina.

Enquanto os esforços para libertar Lamia tiveram sucesso após 11 anos de luta, Hamed foi libertado e novamente preso por Israel e permanece até este momento em prisão israelense.

✓ *Oficializações do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino em diversos lugares do Brasil*

Em 1977, a Assembleia Geral da ONU determinou através da Resolução 32/40 B, que no dia 29 de novembro passasse a ser celebrado o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. A data recorda o momento em que a ONU aprovou a divisão da Palestina, com a promessa de dois Estados, um para os judeus, outro para os árabes. O Congresso Nacional do Brasil passou a observar a data em diversas ocasiões. Em 1984, um Dia oficial de Solidariedade ao Povo Palestino foi instituído em São Paulo. Em 2010, foi a vez da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A data já era oficial na capital daquele Estado, Porto Alegre (ONU, RESOLUÇÃO 181).

✓ *Inauguração da Praça Palestina em São Paulo.*

Foi inaugurada em frente à Praça Gamal Abdel Nasser, pela então prefeita Luiza Erundina, em 1989, apesar das pressões e protestos do lobby sionista.

✓ *Criação da Frente em defesa do Povo Palestino.*

Foi criada em 2008, em reação aos ataques de Israel à Faixa de Gaza naquele ano.

✓ *Fórum Social Mundial Palestina Livre.*

Foi realizado em 2012, organizado principalmente por entidades brasileiras, mas com participações internacionais dentro do processo do Fórum Social Mundial (FSM), discutindo estratégias de solidariedade com o povo palestino.

✓ *Missão Humanitária à Gaza, em 2015.*

Por iniciativa de organizações brasileiras, a Missão Humanitária foi proposta ao Conselho Internacional do Fórum Social Mundial em 2014, após os ataques israelenses à Faixa de Gaza, e realizada em março de 2015. A missão chegou à Cisjordânia, mas dois brasileiros de origem árabe foram barrados na entrada da Palestina por Israel e todo grupo foi impedido de passar da Cisjordânia, onde permaneceu por 15 dias, à Faixa de Gaza.

✓ *Criação do Restaurante e Espaço Cultural Aj Janiah*, em São Paulo, em 2016.

Com nome de uma antiga aldeia palestina localizada em território ocupado por Israel, o estabelecimento tornou-se, além de uma casa de comidas típicas palestinas, um local de trabalho de refugiados, debates políticos e apresentações culturais, e atos em favor da Palestina. A casa foi alvo de atentado em 2019, motivo de ato realizado pela Frente em Defesa do Povo Palestino

✓ *Condenação de Israel pela Frente Mista Parlamentar*.

Em 2021, a Frente divulgou nota assinada por 59 parlamentares do Congresso Nacional, condenando a tentativa israelense de expulsar palestinos de Jerusalém e os ataques a Gaza, ocorridos em março daquele ano.

Entre as instituições que trabalham no campo da comunidade palestina, fundadas por palestinos, estão: 1. FEPAL – Federação Árabe Palestina do Brasil (1979); 2. Sanaúd – Juventude Palestina (1985); 3. Frente em Defesa do Povo Palestino (2008); 4. Espaço Cultural Al Janiah (2016); 4. Lançamento do Portal Monitor do Oriente (2019).

Nos concentramos agora nas entrevistas feitas para este artigo, buscando elementos determinantes de sua visão sobre a preservação da identidade e a relação com a causa palestina hoje. Foram enviadas perguntas iguais a oito pessoas de origem palestina, com liberdade para responder como achassem melhor, sem orientação de tamanho ou obrigatoriedade nas respostas. Especificamente, foi mencionada a FEPAL nas perguntas, para avaliação do alcance da federação criada para representação da causa palestina no Brasil.

Os entrevistados respondem que, apesar de estarem longe de seu país, não perdem os laços com a sua origem, “(...) A Palestina é MÃE dos Palestinos. Os vínculos são mantidos pelo sangue que corre nas veias”. Eles indicam que participam das atividades que preservam os costumes do povo palestino, como a Festa das Nações, que é uma festa que mantém as tradições e afirmam que se utilizam das mídias para continuarem se relacionando com a sua cultura, além de assegurarem que o Brasil muito contribui para esta troca.

A mídia Brasileira sempre colaborou conosco, divulgando (Entrevistado 1).

Sempre me relacionei com ativistas de lutas sociais, pela justiça e igualdade social, solidários com lutas dos povos pela liberdade e independência. Defendi nossa cultura, divulguei a verdadeira história através de debates nas universidades, escolas, sindicatos, emissoras de rádio, jornais e TV.

Convidado por movimentos sociais e outros interessados pela nossa cultura e o conflito Palestino 'Israelense' (Entrevistada 2).

A comunidade palestina desde o final da década de 70 e início da 80, começou se organizando através de fundação das sociedades árabes palestinas brasileiras em vários municípios brasileiras, que ajudou melhor a divulgar a sua cultura e história, e deixou a nossa comunidade mais organizada e mais concentrada, e eu tive participação na fundação de duas entidades com nome de Centro Cultural Árabe Palestino Brasileiro de RS e outro com mesmo nome em São Paulo. Sempre discutimos dentro das entidades as questões que interessam à comunidade Palestina em todos os eixos, que ajudou a entender melhor e divulgar melhor a cultura e história através de uma maneira mais organizada (Entrevistada 2).

Afirmamos que a presença de origem palestina na vida brasileira foi capaz de introduzir a solidariedade com o povo palestino em movimentos mais amplos e subsidiar ações do mundo político e institucional, podemos citar o dia da Solidariedade com o povo palestino como exemplo de ajuda por parte do Brasil.

O dia de solidariedade com o povo palestino no Brasil vem com a sequência de solução de Assembleia da ONU (32/40B) em 1977. O povo brasileiro através de seus representantes aprovou várias resoluções estaduais e municipais de solidariedade com o povo palestino e sua luta, o primeiro foi em Assembleia Legislativa de São Paulo em 1894 e último na Assembleia Legislativa de RD em 2013. Além de lembrar esta data oficial, o povo brasileiro sempre foi solidário com o povo palestino, nas universidades, escolas, sindicatos e outros, através de debates e discussões coletivas e declarações emitidas de solidariedade (Entrevistado 2).

É o dia que é lembrado pelo mundo a divisão feita em 1947 da região de forma injusta, a qual coloca milhões de palestinos em situação de desigualdade após a criação do Estado de Israel (Entrevistado 4).

Em uma das perguntas, questionamos como eles interagem com as questões palestinas e como entregam sua mensagem para a mídia local brasileira

Devido ao controle muito forte dos sionistas na grande mídia brasileira, por meio de seus patrocinadores, temos muitas dificuldades de levar ao público brasileiro as realidades palestinas, e isso dificulta na ampliação do apoio do povo brasileira à causa. As mídias alternativas e progressistas, que tem menor penetração, tem sido o canal de comunicação usado para levar a narrativa correta da questão Palestina. Agora com as mídias sociais essa barreira de falar com público brasileiro começa a ser rompido (Entrevistado 5).

A mídia social, hoje uma alternativa importante, substitui a grande mídia que ignora várias questões mundiais importantes e divulgam as notícias em uma maneira mentirosa. Hoje através destes meios, qualquer palestino transmite as notícias em palavras, áudios e fotos e filmagem para o público brasileiro (Entrevistado 2).

Para finalizar, nos dedicamos ao entendimento da Federação e como ela é composta. Relembramos que a organização FEPAL foi criada em 1979 pelas mãos de um grupo de árabes (palestinos, sírios e libaneses), a partir de comunidades do sul do Brasil (Rio Grande do Sul e outras poucas cidades brasileiras) buscando desenvolver uma atividade qualitativa através de manifestações de rua, relação com a imprensa e defesa dos direitos palestinos, além do trabalho cultural e valorização dos costumes e tradições.

Pelas respostas dos entrevistados, pode-se compreender que ela é composta de membros (sociedades, associações, centros culturais etc.), as quais funcionam na forma do que prevê a legislação brasileira, a saber: - Missão: Preservar a identidade palestina de seus membros e divulgar / propagar a causa aqui no Brasil. Muito além da questão da representação da diáspora palestina no Brasil, a criação da FEPAL no Brasil e a criação da Associação Cultural Sanaúd, durante a década de 1980, permitiu que a cidade de São Paulo fosse palco do primeiro Congresso das Entidades palestinas da América do Sul, Central e Caribe, em julho de 1984. A maior parte das entidades palestinas é representada pelas Sociedades Palestinas, organizações social e política, geralmente implantadas onde há concentração de palestinos e descendentes. "(...) Que tem como objetivo manter acesa a chama da nacionalidade palestina e é a porta de entrada para aqueles que querem conhecer a causa, prestar sua solidariedade e apoio. Estas instituições são os alicerces da Causa Palestina no Brasil. Foi através destes movimentos que a questão palestina se espalhou pela sociedade brasileira" (Entrevistado 5).

A FEPAL foi fundada em 1979 e é uma entidade que representa a diáspora palestina no Brasil, constituída por cerca de 60 mil imigrantes, refugiados e seus descendentes. A entidade promove a preservação da cultura palestina nas comunidades, com especial atenção aos jovens (Entrevistado 7).

Já o entrevistado 8 esclarece que:

Um sistema federativo é simples e se reproduz de forma quase idêntica em todo o mundo. Uma federação reúne pessoas jurídicas. Mas, também, como em todos os casos, a burocracia institucional é uma parte apenas legal. O que importa mesmo é se uma entidade geral, como uma federação, se coloca desta maneira para representar a vontade de um grupo. O que importa, também, é se uma entidade geral permite reunir várias posições e humores políticos. Se consegue ser mais do que as entidades de gaveta, de bolsos, fantasmas, que satisfazem uma só pessoa ou um só grupo minoritário. Uma entidade geral não pode ser uma mera ONG, nem um mero movimento e, menos ainda, uma confraria de ativismos. As formas não institucionalizadas, as chamadas horizontais, não realizam a democracia, como dizem, mas a ditadura. Elas não são escolhidas, seus comandantes não são escolhidos, não prestam contas, não estão sujeitos ao escrutínio dos seus representados. Então as formas organizacionais que exigem formas complexas de realização da liderança e da sucessão é que são as verdadeiramente democráticas e representativas. Fora disso, temos os umbigos nos quais cabem oceanos e conversas em mesas em

que alguns tiram dos bolsos ou das cartolas inúmeras organizações não estatutárias e movimentos e dizem representá-las. Ninguém sabe de onde são, quem as integra, quem as formou ou escolheu, mas exigem democracia. Grosso modo, são as formas inventadas pelo imperialismo para turvar a visão das massas e melhor dominá-las. Esta é nossa atual visão, que sedimenta visão já antiga. Esperamos poder seguir e melhorar esta visão. Se isso fracassar, fracassará toda possibilidade real de enfrentamento ao imperialismo e ao colonialismo.

Considerações Finais

O Brasil continua sendo um país de múltiplas culturas, identidades, costumes e tradições, e é isso que o distingue e facilitou a acolhida ao palestino, expulso de sua terra com violência, matança pela ocupação israelense. Nas respostas, o motivo da migração está sempre relacionado a escapar de uma situação ruim em busca de condições melhores.

Pelas entrevistas, palestinos e seus descendentes no Brasil concordam que o amor à identidade palestina e a atenção aos seus costumes e culturas são preservados em certos comportamentos familiares e ocasiões comunitárias. Em casa, a preocupação com o casamento entre palestinos aparece em algumas respostas e também a possibilidade de viagem de estudos para os filhos. As famílias, de modo geral, entendem que as crianças devem aprender a língua árabe, não a língua erudita, mas aquela falada em sua aldeia palestina, e isso indica que a extensão de sua adesão aos costumes e que eles sejam transmitidos de geração em geração.

Para uma diáspora em que grande parte da imigração tem a condição de refugiada, sem direito de retorno, e para um lar constantemente invadido e ameaçado de novas ocupações, assentamentos e ocupações por Israel, nota-se também que a ideia de viajar à Palestina tem o sentido de visitar uma família numerosa, deixada na imigração mas sem perda de vínculos.

Para a comunidade, a ideia da viagem é uma questão rotineira e seus membros se esforçam muito para fazê-lo. Aqueles que têm condições financeiras de enviar seus filhos na fase da puberdade o fazem para transmitir os costumes e tradições de seus ancestrais e para absorver a língua árabe e a cultura palestina original. Nem todos podem fazê-lo. Aqui entram questões políticas que permeiam as instituições devotadas à causa palestina.

As respostas não mostram divergência entre os membros da comunidade palestina brasileira quanto ao amor, defesa e apoio à terra de origem, mas nem todos os membros da comunidade concordam ou demonstram interesse por instituições palestinas como a FEPAL ou outras. É um problema que notei na comunidade palestina na relação com instituições e associações

Por ter sido citada nominalmente, as respostas da maioria mostram conhecimento de como a entidade FEPAL funciona, o que sugere uma significativa presença política e midiática na arena brasileira, e uma atuação nas celebrações oficiais e midiáticas em ocasiões de tensão na Palestina em que a entidade precisa atuar de forma mais ativa.

A falta de resposta pode ser lida como um distanciamento crítico, provavelmente refletindo as diferentes posições em relação às estratégias de resistência palestina desde os Acordos de Oslo. No entanto, prevalece nas respostas o denominador comum de apego à identidade e de solidariedade com o povo originário palestino.

Sobre os meios de comunicação, a maioria considera a mídia alternativa como espaço mais receptivo à divulgação da causa palestina, sendo que há também, para alguns, uma confiança excessiva no espaço encontrado nas redes sociais, como lugar de liberdade, a despeito dos critérios das corporações quanto ao que deve ser propagado e o que deve ser retido pelos seus algoritmos.

A distância entre as comunidades também pode ser um fator de dificuldade para o engajamento nas instituições e iniciativas que são mais fortes em São Paulo e no Rio Grande do Sul e Paraná, sendo que há também comunidades imigrantes na Amazônia, por exemplo, e espalhadas pelo país.

Em todas as entrevistas, o fator de identidade aparece relacionado à preservação de hábitos alimentares e do vestuário, o que indica também uma vinculação festiva, nas danças e celebrações.

Os elos da comunidade palestina e árabe na movimentação política em defesa da Palestina ainda precisam ser melhor pesquisados.

Referências

ABDEL HAI, W. **Relações de Israel com a América Latina**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jEeXHI>. Acesso em: 10 nov.2021.

AL-HAYY, Adb. Palestinian Communities. *In: Latin America*, 2009, v. 22, p. 103.

ASFORA, João Sales. **Compacto Palestina**. Olinda: Centro Cultural Palestino Brasileiro, 2010.

BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel – Paz ou Apartheid**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 2000.

CTB. Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. 2012. **Cultura & Mídia**. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/cultura-a-midia/revista-para-criancas-do-mst-aborda-causa-palestina/>. Acesso em: 20 maio. 2022.

EBC – Notícia - Manifestantes fazem ato de solidariedade ao povo palestino em Brasília. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/08/manifestantes-fazem-ato-de-solidariedade-ao-povo-palestino-em-brasilia>. Acesso em: 29 maio. 2022.

FARAH, Paulo Daniel. **Mahmud Darwich**: a terra nos é estreita e outros poemas. São Paulo: Bibliaspa, 2012.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). *In*: Da Diáspora: **Identities e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org.). Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

JOHNSON, Penny; SHEHADEH, Raja (eds.). **Buscando a Palestina**: nova escrita palestina sobre o exílio e o lar. Revisão Matthew Abraham. Northhampton, MA: Olive Branch Press, v.42, n.4, 2012-2013.

MOURAD, Emir. Sobre a Comunidade Palestina no Brasil, a causa Palestina e o mundo árabe. Ato Histórico em São Paulo pelo Estado da Palestina já. 2011. **Blog Sanaud**. Disponível em: <http://sanaud-voltaremos.blogspot.com/2011/09/ato-historico-em-sao-paulo-pelo-estado.html>. Acesso em: 20 maio. 2022.

OLIVEIRA, Luciana Garcia de. **A Diáspora Palestina no Brasil** – a FEPAL: trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000-2012). Dissertação. (Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. 2017.

ONU. Assembleia geral da ONU. **Resolução 181**. Resolucion aprobada sobre la base del informe de la comision ad hoc encargada de estudiar la cuestion de palestina. 181(ii). Futuro Gobierno de Palestina. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/resolution/gen/nr0/041/19/pdf/nr004119.pdf?openelement>. Acesso em: 20 maio. 2022.

QASSEM, Abdul Sattar. Os governos palestinos não governam. **Aljazeera.net**. 2013. Disponível em: <https://www.aljazeera.net/opinions/2013/6/5/%D8%AD%D9%83%D9%88%D9%85%D8%A7%D8%AA-%D9%81%D9%84%D8%B3%D8%B7%D9%8A%D9%86%D9%8A%D8%A9-%D9%84%D8%A7-%D8%AA%D8%AD%D9%83%D9%85>.